

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de abril de 2008 vamos apresentar Balanço dos pisos salariais negociados em 2007, nota técnica acerca da nova política industrial, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

## ÍNDICE

Boletim de Conjuntura – Abril de 2008

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Karla Cristina da Costa Braz** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte - CEP:  
70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

**E-mail:** [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) **Site:** [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)

- I - BALANÇO DOS PISOS SALARIAIS  
NEGOCIADOS EM 2007
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

*Entre em contato conosco pelo e-mail:*

[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)

## 1 - Balanço dos pisos salariais negociados em 2007

Pelo terceiro ano consecutivo, o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza estudo para verificar o comportamento dos pisos salariais estabelecidos nos processos de negociação de acordos e convenções coletivas. Em 2007, foram consideradas 646 informações registradas pelo SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários, o maior número obtido desde o início deste tipo de levantamento, em 2005. Ao longo deste período, os dados vêm mostrando tendência de, a cada ano, os pisos aproximarem-se do salário mínimo.

A garantia de estabelecimento de um valor mínimo “proporcional à extensão e complexidade do trabalho” é prevista na Constituição Federal<sup>§</sup> como “direito dos trabalhadores urbanos e rurais” e tem grande importância na determinação do patamar de salários. Isso porque os valores fixados como piso para cada uma das diversas categorias profissionais são, evidentemente, superiores ao do mínimo nacional, o que pode contribuir para a elevação da massa salarial.

Além disso, o estabelecimento de pisos tem influência sobre as faixas salariais imediatamente subsequentes, que tendem também a elevar-se. Os pisos podem, ainda, desempenhar um papel fundamental para a contenção da rotatividade da mão-de-obra, na medida em que inibem a substituição dos trabalhadores de menores salários para redução de custos.

A seguir, são apresentados os principais resultados observados na análise das informações.

---

<sup>§</sup> Inciso V do artigo 7º da Constituição Federal de 1988

## Análise dos resultados

Os pisos salariais podem ser fixados em valor único para uma empresa ou categoria profissional, ou em valores diferenciados segundo critérios estabelecidos em negociação coletiva. Em 2007, a forma predominante de definição dos pisos obedeceu ao critério de diferenciação por função, presente em 295 negociações analisadas (Tabela 1). Dessas, a maior parte orientava-se pela diferenciação por tipo de atividade e poucos – 20 pisos somente – pela duração da jornada de trabalho. É importante destacar a sensível redução observada no percentual de negociações que definiram pisos segundo esse critério – de 55%, em 2006, para 46%, em 2007.

Os pisos definidos em valor único foram observados em cerca de 36% das negociações, representando, assim, o segundo critério mais utilizado. Em comparação com o ano anterior, nota-se que esse critério tornou-se ainda mais frequente, avançando praticamente 10%.

Em 15% dos registros houve diferenciação entre piso salarial de ingresso e piso salarial de trabalhadores efetivos. Nesses casos, predominaram os acordos em que o valor de ingresso tinha vigência por 90 dias, sendo elevado a partir de então. Em menor proporção, foram observados prazos maiores para a vigência do valor de ingresso.

TABELA 1

**Critérios para definição de pisos salariais em cada unidade de negociação Brasil, 2006-2007**

Critérios	Pisos Salariais			
	2006		2007	
	nº	%	nº	%
Piso único	121	26,8	234	36,2
Função	248	54,9	295	45,7
<i>Por atividade</i>	237	52,4	275	42,6
<i>Por carga horária</i>	11	2,4	20	3,1
Tempo de serviço	77	17,0	98	15,2
Vigência do piso	13	2,9	23	3,6
Dimensão da empresa	42	9,3	50	7,7
Localidade	12	2,7	26	4,0

Fonte: DIEESE

Obs.: A soma ultrapassa o total de registros, pois um mesmo piso salarial pode ser definido por mais de um critério

Também com pouca frequência foram utilizados critérios de diferenciação baseados no porte das empresas (8%) – medido pelo número de empregados –; pela localização da empresa (4%) e por vigência do piso (4%) – que inclui os casos em que há previsão de reajuste do piso salarial definido em negociação coletiva ainda durante a vigência da convenção ou do acordo coletivo que o estabelece.

### Pisos salariais e salário mínimo oficial

Os resultados do levantamento mostram a tendência de os pisos salariais se aproximarem do salário mínimo nacional (Tabela 2). Em 77% do painel, o patamar de 1,5 salário mínimo não foi superado, enquanto 56% atingiram, no máximo, 1,25 salário mínimo. Somente 2% das negociações do painel resultaram no estabelecimento de pisos salariais superiores a três mínimos.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 2

**Distribuição dos pisos salariais por faixas de salário mínimo vigente na data-base Brasil, 2007**

Equivalência em SMS	nº	%	% acumulado
1,00	22	3,4	3,4
1,01 a 1,25	342	52,9	56,3
1,26 a 1,50	135	20,9	77,2
1,51 a 1,75	67	10,4	87,6
1,76 a 2,00	27	4,2	91,8
2,01 a 2,25	16	2,5	94,3
2,26 a 2,50	7	1,1	95,4
2,51 a 2,75	6	0,9	96,3
2,76 a 3,00	9	1,4	97,7
Mais de 3,00	15	2,3	100,0
<b>Total</b>	<b>646</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

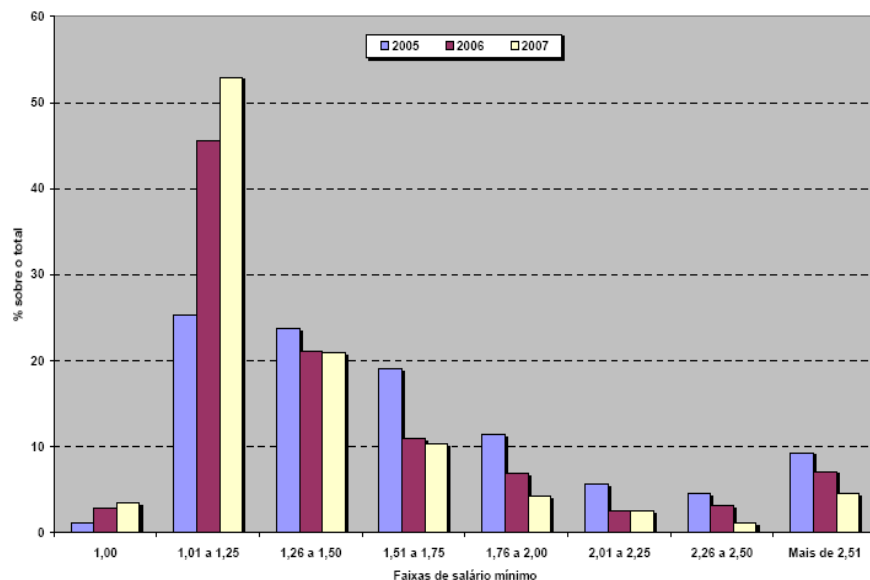
Obs.: Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

Quando são comparados os dados relativos a 2007 com os analisados em 2005 e 2006, nota-se que a proporção de negociações cujos pisos salariais atingiram 1,25 salário mínimo mais do que dobra, passando de 25%, em 2005, para 56%, em 2007. Por conseguinte, regride a proporção de categorias que negociam valores superiores a 2,5 salários mínimos – de 9,5% em 2005, para 4,5% em 2007 (Gráfico 1).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## GRÁFICO 1

Distribuição dos pisos salariais por faixas de salário mínimo urgente na data-base Brasil, 2005 a 2007



Fonte: DIEESE

A aproximação dos pisos salariais ao salário mínimo nacional no período 2005 a 2007 pode ser observada na Tabela 3.

## TABELA 3

Dados estatísticos sobre os pisos salariais acordados <sup>(1)</sup> Brasil, 2005 a 2007

Estatísticas	Pisos Salariais em relação ao SM		
	2005	2006	2007
Primeiro Quartil	1,23	1,14	1,08
Média	1,73	1,54	1,39
Mediana	1,24	1,32	1,21

Fonte: DIEESE

Nota: 1) Os valores correspondem à conversão do piso salarial fixado em cada unidade de negociação pelo salário mínimo vigente na data-base da categoria.

Obs.: Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

O primeiro quartil, ou seja, o limite máximo para o grupo composto pelos 25% pisos mais baixos, equivaleu a 1,08 salário mínimo, o menor patamar verificado desde 2005.

Também ocorreu queda significativa na média do painel, que passou de 1,73, em 2005, para 1,39 salário mínimo no último ano. Por fim, a mediana – valor do piso que separa os 50% menores dos 50% maiores – foi o indicador com menor variância: chegou a apresentar pequena alta em 2006, mas regrediu para 1,21 salário mínimo em 2007, valor mais baixo da série.

Esse movimento de aproximação deve-se, basicamente, aos efeitos da política de recuperação do salário mínimo, que tem resultado em sucessivos reajustes em percentuais superiores à inflação, representando, no período de 2005 a 2007, um aumento real de 19%, segundo o INPC-IBGE.

É importante observar que as negociações coletivas realizadas no período asseguraram aumentos reais de salário, conforme demonstra estudo recente do DIEESE\*\*, e que os pisos salariais, historicamente, têm tratamento diferenciado dos demais salários nos acordos e convenções coletivas de trabalho – obtendo, no geral, percentuais de reajuste maiores. Isso significa que, embora os ganhos alcançados pelos pisos salariais tenham sido inferiores aos obtidos pelo salário mínimo, esse resultado decorre mais da evolução do salário mínimo e menos de resultados ruins na negociação dos pisos salariais, que também foi favorável aos trabalhadores.

### Pisos segundo setores econômicos

Os resultados obtidos na negociação dos pisos salariais foram diferenciados segundo os setores econômicos em que as categorias estão incluídas. No comércio, conhecido como a “porta de entrada” de muitos jovens no mercado de trabalho, 85% das 102 unidades de negociação asseguraram pisos salariais equivalentes a, no máximo, 1,5 salário mínimo. No entanto, é nesse setor que se encontra a segunda maior proporção de acordos com pisos superiores a 2 salários mínimos (9%) – percentual inferior somente ao registrado pelo setor de serviços, onde foram localizados 14% de pisos salariais nessa faixa. É ainda nos serviços que se verifica a menor concentração de pisos nas faixas inferiores (Tabela 4).

No setor industrial, quase 80% das convenções e acordos coletivos de trabalho fixaram pisos salariais de até 1,5 salário mínimo, sendo que mais da metade não superou 1,25.

\*\* DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2007. Disponível em: [www.dieese.org.br/esp/cju/estpesq38balanconegociacao.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/cju/estpesq38balanconegociacao.pdf)

O resultado menos favorável, como nos anos anteriores, ficou por conta das negociações do setor rural, onde aproximadamente 90% dos pisos salariais acordados superaram o mínimo em, no máximo, 25% e não há registro de valores que tenham excedido 1,5 salário mínimo.

**TABELA 4**  
**Distribuição dos pisos salariais por faixas de salário mínimo urgente na data-base, segundo setor de atividade econômica Brasil, 2007**

Equivalência em SMs	Indústria		Comércio		Serviços		Rural		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1,00 a 1,25	169	54,9	68	66,7	102	49,0	25	89,3	364	56,3
1,26 a 1,50	69	22,4	19	18,6	44	21,2	3	10,7	135	20,9
1,51 a 1,75	40	13,0	6	5,9	21	10,1	0	-	67	10,4
1,76 a 2,00	16	5,2	0	-	11	5,3	0	-	27	4,2
Mais de 2,00	14	4,5	9	8,8	30	14,4	0	-	53	8,2
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>100,0</b>	<b>102</b>	<b>100,0</b>	<b>208</b>	<b>100,0</b>	<b>28</b>	<b>100,0</b>	<b>646</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

Dentre as 646 negociações registradas em 2007, apenas 148, o que corresponde a 23% do painel, asseguraram pisos salariais iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo. Esse percentual é menor que os 28% de 2006 e bastante inferior aos 50% de 2005. A distribuição destes pisos de acordo com os setores e ramos de atividade está na Tabela 5.

No setor de serviços, as negociações praticadas nos ramos bancário, de comunicação, publicidade e jornalismo e de agentes autônomos do comércio obtiveram melhor desempenho. Apenas cinco unidades de negociação, pertencentes aos segmentos de cultura física (clubes esportivos) e de prestação de serviços a terceiros, não conseguiram acordar pisos salariais em valor superior a 1,5 salário mínimo.

Já na indústria, três dos 14 segmentos observados alcançaram ou superaram, em mais da metade das negociações realizadas, a casa de 1,5 salário mínimo, a saber: artefatos de borracha (75%); papel, papelão e cortiça (50%) e vidros e cristais (50%). Em cinco segmentos, não há registro de negociações que tenham estipulado pisos que equivalassem a mais de 1,5 mínimo.

Além do setor rural, onde tradicionalmente os salários pagos se diferenciam muito pouco do mínimo oficial, o destaque negativo recai sobre o comércio, onde apenas 15% dos acordos fixaram pisos salariais iguais ou maiores que 1,5 salário mínimo.

No comércio, a média dos pisos salariais fixados correspondeu a 1,31 salário mínimo. A menor média corresponde aos acordos de trabalhadores do comércio atacadista e varejista – 1,16 salário mínimo nacional. O segmento de minérios e derivados de petróleo – trabalhadores em postos de gasolina e em empresas distribuidoras de combustível e de gás liquefeito de petróleo – revela grande heterogeneidade: a distância entre o piso mais baixo e o mais alto é de 2,75 vezes.

Uma análise das 308 unidades de negociação que compõem o painel do setor industrial indica um cenário bastante diversificado. O piso mais elevado foi negociado no segmento metalúrgico (R\$ 3.230,00, para engenheiro) – ramo no qual variam entre 1 e 8,5 salários mínimos. Em cinco segmentos – alimentação, construção e mobiliário, metalúrgico, vestuário e urbano (empresas de energia elétrica e de purificação e distribuição de água) – o valor dos menores pisos correspondeu a um salário mínimo.

Os valores estabelecidos para os pisos salariais também mostram diferenciação regional (Tabela 5). Os principais destaques são as unidades de negociação com cobertura interestadual ou nacional. Nelas,

a média atinge 2,07 salários mínimos. Em seguida, aparece a região Sudeste, com média de cerca de 1,6 salário mínimo. Nas demais regiões, as médias revelam-se muito próximas, variando de 1,18 na região Norte até 1,31 na região Sul.

**TABELA 5**  
**Média, menor e maior <sup>(1)</sup> piso salarial por região geográfica**  
**Brasil, 2007**

Região	TOTAL	Média <sup>(2)</sup>		Menor Piso <sup>(2)</sup>		Maior piso <sup>(2)</sup>		Maior Piso/ Menor Piso <sup>(4)</sup>
	nº	R\$	SM <sup>(3)</sup>	R\$	SM <sup>(3)</sup>	R\$	SM <sup>(3)</sup>	
Nacional	7	767,41	2,07	549,16	1,45	1.050,00	2,76	1,91
Norte	45	436,57	1,18	350,00	1,00	786,47	2,10	2,10
Nordeste	133	453,11	1,22	350,00	1,00	1.837,08	4,83	4,83
Centro-Oeste	53	476,58	1,28	350,00	1,00	1.244,51	3,28	3,28
Sudeste	250	589,25	1,58	357,00	1,00	3.230,00	8,50	8,50
Sul	158	488,71	1,31	352,00	1,00	1.167,63	3,07	3,07
<b>Total</b>	<b>646</b>	<b>518,68</b>	<b>1,39</b>	<b>350,00</b>	<b>1,00</b>	<b>3.230,00</b>	<b>8,50</b>	<b>8,50</b>

Fonte: DIEESE

Notas: 1) Valor mais elevado do subconjunto que reúne somente o menor dos pisos acordados para atividades-fim em cada uma das negociações.

2) Os valores aqui apresentados – monetários e convertidos em salários mínimos – não pertencem necessariamente à mesma unidade de negociação. Os valores do menor e do maior piso salarial em reais foram selecionados entre os valores monetários; e os valores do menor e do maior piso salarial em salários mínimos foram selecionados dentre os valores convertidos em salários mínimos, não tendo, portanto, correspondência obrigatória entre si. Também as médias apresentadas em salários mínimos e em valor monetário foram calculadas de forma independente.

3) Em cada unidade de negociação, o valor monetário do piso salarial foi convertido pelo valor do salário mínimo vigente na data-base. Foram considerados os dois valores de salário mínimo vigentes durante o ano: R\$ 350,00, entre janeiro e março e R\$ 380,00, de abril em diante.

4) Os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em número de salários mínimos.

Obs.: a) Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

Com relação ao menor piso salarial, em todas as regiões analisadas seu valor é igual ao do salário mínimo nacional. Somente nas negociações de caráter nacional, o menor piso atingiu 1,45 salário mínimo. Isso pode ser explicado pela natureza dessas negociações – em geral, realizadas por trabalhadores de grandes empresas estatais, que possuem

grande capacidade de mobilização e pressão, e por aqueles de empresas privadas com as mesmas características. Quanto à relação entre o maior e o menor piso salarial fixado em cada região, as negociações nacionais e as da região Norte apresentam maior homogeneidade. Já nas regiões Sudeste e Nordeste observa-se grande disparidade, com diferenças de 8,5 vezes e 4,8 vezes, respectivamente.

### Pisos salariais e formação escolar

É grande a distância entre os pisos fixados para funções que exigem formação universitária e para as demais. Segundo os dados captados em 2007, os pisos salariais dos trabalhadores com formação universitária chegam a ser, em média, 2,8 vezes maiores àqueles previstos para os que não possuem ensino superior.

Se considerados somente os menores pisos para cada tipo de profissional, a razão é de 1,66. Considerando-se os maiores pisos, a razão é semelhante à apresentada pelos pisos médios: 2,8 vezes (Tabela 6).

**TABELA 6**  
**Dados estatísticos sobre os pisos salariais acordados para funções com e sem exigência de nível universitário<sup>(1)</sup>**  
**Brasil, 2007**

Estatísticas	Nível não universitário <sup>(2)</sup> (624 negociações)		Nível universitário <sup>(2)</sup> (22 negociações)		Razão B/A <sup>(4)</sup>
	em R\$	em SM <sup>(3)</sup> (A)	em R\$	em SM <sup>(3)</sup> (B)	
Média	488,51	1,31	1.374,51	3,69	2,81
Menor piso	350,00	1,00	631,80	1,66	1,66
Primeiro quartil	400,00	1,08	1.000,00	2,63	2,44
Terceiro quartil	530,75	1,43	1.678,00	4,68	3,27
Maior piso	1.167,63	3,07	3.230,00	8,50	2,77

Fonte: DIEESE

Notas: 1) No caso de unidades de negociação que resultaram na fixação de dois ou mais valores, foi considerado apenas o menor deles.

2) Ver nota 2 da tabela 7.

3) Em cada unidade de negociação, o valor monetário do piso salarial foi convertido pelo valor do salário mínimo vigente na data-base. São, portanto, considerados os dois valores de salário mínimo vigentes durante o ano: R\$350,00, entre janeiro e março e R\$ 380,00, de abril em diante.

4) Os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em número de salários mínimos.

### Pisos salariais e Salário Mínimo Necessário

O Salário Mínimo Necessário (SMN) é o valor estimado mensalmente pelo DIEESE, com base no custo da cesta básica de alimentos e nas demais despesas do orçamento de uma família composta por dois adultos e duas crianças, capaz de atender às necessidades previstas na Constituição Federal (art. 7º, inciso IV).

A correspondência entre o SMN e o salário mínimo oficial tem sido estável nos últimos dois anos. Após a redução da diferença entre esses dois valores de 2005 para 2006 – quando a média anual caiu de 5,29 salários mínimos para 4,46 –, essa razão tem se mantido, mês a mês, em patamares muito próximos (Tabela 7).

**TABELA 7**  
**Salário Mínimo Necessário em Salários Mínimos Oficiais**  
**Brasil, 2005 a 2007**

Mês	2005	2006	2007
Janeiro	5,59	4,99	4,47
Fevereiro	5,67	4,92	4,46
Março	5,68	4,96	4,63
Abril	5,92	4,39	4,40
Mai	5,30	4,30	4,26
Junho	5,13	4,14	4,29
Julho	4,99	4,10	4,44
Agosto	4,90	4,12	4,56
Setembro	4,86	4,20	4,57
Outubro	4,89	4,31	4,73
Novembro	5,17	4,61	4,54
Dezembro	5,36	4,47	4,75
<b>Média</b>	<b>5,29</b>	<b>4,46</b>	<b>4,51</b>

Fonte: DIEESE

Embora estimado como valor de referência para a remuneração mínima ideal, apenas quatro negociações em 2007 estabeleceram pisos iguais ou acima do SMN – mesmo número verificado em 2006.

## Considerações Finais

A leitura das informações apresentadas no presente estudo confirma a tendência de aproximação do valor dos pisos salariais ao do salário mínimo oficial observada nos últimos anos. Segundo os dados coletados pelo SAS-DIEESE, aumenta consideravelmente a proporção de categorias profissionais que negociam pisos salariais cujo valor não ultrapassa o salário mínimo nacional em 25%. No atual cenário de

valorização do salário mínimo, essa aproximação significa que os pisos, embora tenham evoluído de maneira positiva, não asseguraram ganhos reais na mesma proporção que os aplicados ao salário mínimo oficial.

A atual política de reajuste do salário mínimo oficial – conquistada através da mobilização conjunta das Centrais Sindicais – tem garantido a recuperação gradativa de seu valor, permitindo que se aproxime de sua média histórica. Assim, como apresentado pela Nota Técnica Número 62 do DIEESE, *Política de Valorização do Salário Mínimo: aplicação da MP 421 em 1º de março*, aproximadamente 45,3 milhões de brasileiros, entre trabalhadores formais e beneficiários do INSS, tiveram seus salários elevados em função do reajuste do salário mínimo em 2008. Sabe-se, porém, que apenas os menores salários e benefícios serão reajustados pelo percentual de 9,21%, estabelecido para a correção do salário mínimo nacional, uma vez que os salários e benefícios mais elevados não seguem a mesma política de aumento.

Considerando-se o painel analisado, cerca de 33% dos pisos salariais negociados em 2007 encontravam-se abaixo do novo valor do salário mínimo fixado em março de 2008. Desses, parte correspondia a categorias com data-base entre janeiro e março, e possivelmente já foram reajustados por meio de negociação coletiva. Os demais, que representam 23% do painel, devem ter seus valores reajustados automaticamente por conta da valorização do salário mínimo. Em outras palavras, aproximadamente um quarto do painel foi diretamente afetado pelo aumento do salário mínimo.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Estudos & Pesquisa – N.º 39 - maio de 2008.**  
 Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## 2 – CONJUNTURA ECONÔMICA

### Política de Desenvolvimento Produtivo Nova Política Industrial do Governo

#### 1. Introdução

A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, lançada pelo governo em meados de maio de 2008, retoma a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, apresentada à nação em março de 2004. A PDP tem maiores pretensões no sentido de sua abrangência, profundidade, articulações, controles e metas.

Tanto a política ora anunciada quanto a anterior estruturam-se na confluência dos interesses públicos e privados, reservando ao primeiro a responsabilidade de facilitar os empreendimentos a partir de medidas de cunho tributário/fiscal, creditício, burocrático e regulatório.

A PDP, a exemplo do PITCE, é um conjunto (mais complexo) de medidas que visam ao fortalecimento da economia do país, tendo como base o setor secundário, ou seja, a indústria. Trata-se de um conjunto de intenções que, se executado, deve alterar o patamar de produtividade da indústria brasileira e seu grau de competitividade, gerando reflexos para toda a sociedade.

Vale lembrar, no entanto, que o PITCE não obteve o resultado esperado quando de seu lançamento. Não conseguiu articular as diversas instâncias públicas que concorreriam com seu êxito e, também, por sua timidez e pouca abrangência, não empolgou a iniciativa privada. Seu legado foi a instituição de alguns marcos legais que favoreceram restritos setores da economia e a criação de linhas de créditos do

BNDES para esses mesmos setores<sup>††</sup>. Portanto, medidas pontuais que, dadas suas limitadas abrangências, não devem ser caracterizadas como Política Industrial, conforme a pretensão do Governo àquela época.

Dada a evidente frustração da PITCE, o governo reconhece, com a PDP, a necessidade de *“uma estrutura de governança que define, com clareza, responsabilidades pela execução e gestão de cada programa e indica a necessidade de fortalecer mecanismos de coordenação intragovernamental. Este é o maior desafio para esta política: alcançar efetividade na coordenação de ações entre distintas instituições públicas.”*

Por fim, a nova Política Industrial afirma *“a prevalência do interesse nacional: o investimento, o emprego, a produção local e a inserção internacional competitiva, descartando proposições pré-oncebidas, em favor de iniciativas pragmáticas e adequadas à complexidade da economia brasileira e a seus desafios contemporâneos”*.

#### 2. Política de Desenvolvimento Produtivo – *“Inovar e investir para sustentar o crescimento”*

Sustentar o crescimento parece ser a missão da PDP. O bom desempenho da economia nos tempos recentes confirma a necessidade de medidas que aproveitem o momento, estendendo-o e aprofundando-o. Mesmo crescendo abaixo de sua potencialidade e em níveis inferiores à maioria dos emergentes, o Brasil vem passando por um longo ciclo de crescimento. *“Em dezembro de 2007 completaram-se 23 semestres consecutivos de expansão industrial, 15 trimestres de ampliação do consumo*

<sup>††</sup> Marcos legais: Lei da Inovação (10.973/2004); Lei do Bem (11.196/2005); Lei da Biossegurança (11.105/2005) e Política de Desenv. da Biotecnologia (6.041/2007).

Os financiamentos do BNDES limitaram-se a linhas de crédito como o Profarma e o Prosoft.

*e, aspecto distintivo do momento atual, 13 trimestres seguidos de crescimento do investimento – expansão sempre superior, nos últimos dois anos e meio, à observada pelo PIB. Compõem, ainda, esse quadro positivo, a robusta expansão dos mercados de crédito e de capitais e a ampliação dos lucros das empresas, do emprego e da massa salarial em todos os setores da economia brasileira”.*

Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão da economia, outras variáveis, de igual importância, apontam para a real possibilidade de um crescimento longo e sustentável. No documento em que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apresenta a nova Política Industrial, lê-se que *“a consolidação da estabilidade e da previsibilidade da economia, reconhecida com a elevação do Brasil à categoria de grau de investimento, e refletida no cumprimento das metas de inflação, na obtenção de superávits comerciais, na acumulação de divisas, na redução dos indicadores de endividamento público e na melhora da distribuição de renda, estão em curso as condições para que a economia brasileira entre em um período de crescimento sustentável”.*

O governo, como não poderia ser diferente neste momento, apresenta um quadro positivo e otimista da economia, fato que justifica a publicação das medidas. Neste ponto deve-se reconhecer a iniciativa como positiva, uma vez que parcela importante dos formadores de opinião cobra, constantemente, um projeto concreto de desenvolvimento. Esta seria a resposta do governo, uma vez que ele enfatiza que essa Política Industrial, pela sua abrangência, deverá contemplar e beneficiar todos os segmentos produtivos e, como consequência, toda a Nação.

Ao publicar a PDP, no entanto, alguns aspectos importantes relacionados à economia não foram abordados. As questões mais agudas são a excessiva valorização cambial; a reversão da tendência de baixa das taxas de juros; a retomada do processo de

elevação de preços; a preocupante queda dos saldos comerciais que ameaça o equilíbrio externo; a ainda elevada relação dívida/PIB; o perfil pouco confortável da dívida pública; a baixa capacidade de investimento do setor público; a confusa e injusta estrutura tributária e, por fim, a limitada disponibilidade e qualidade da infra-estrutura, tanto no que diz respeito às logísticas de transporte, comunicação, energia, quanto de saúde, saneamento, educação, qualificação profissional etc. Os investimentos no setor de infra-estrutura de logística, a cargo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda não se efetivaram conforme o planejado. O PAC ainda não se articulou de forma a apresentar resultados concretos e coerentes com as dimensões com as quais foi anunciado. Este fato gera certo ceticismo quando se assiste ao lançamento de mais um programa cujo responsável por sua efetividade é o governo.

Porém, pelo que se conclui da leitura da PDP, as inquietações elencadas não são alheias aos seus formuladores. Mesmo que não estejam explícitas, ou que, para o anúncio das medidas, tal abordagem não fosse pertinente, é possível perceber certa preocupação quanto à possibilidade de reversão do cenário ora favorável. Essa postura fica visível quando são relacionados os **desafios** para a execução do plano. Comentando que *“a longevidade da expansão em curso não deve ser vista como um resultado já assegurado... mormente em face dos riscos derivados da crise financeira mundial”*, citam *“quatro desafios [que] devem ser enfrentados”*:

Ampliar a capacidade de oferta para enfrentar uma demanda em expansão, evitando pressões inflacionárias devido à formação de gargalos. Para tanto, é necessário manter a taxa de expansão dos investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) superior à taxa de crescimento do PIB;

- Preservar a robustez do balanço de pagamentos, afastando o padrão observado no passado pelo qual o setor externo foi, de forma contumaz, origem de restrição ao crescimento;
- Elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, indispensável para agregar valor aos produtos nacionais, ampliar a competitividade das empresas no mercado doméstico e fortalecer a inserção externa do país;
- Amplificar os efeitos competitivos e distributivos do atual ciclo de expansão. Assim, é preciso alargar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas (MPEs), condição básica para induzir maior crescimento do emprego e a inclusão social.

### 3. Metas

Segundo o documento publicado, o fortalecimento “*da interlocução com o empresariado é decisivo para a operacionalização da PDP.*” Essa interlocução deve ser acompanhada de compromissos transparentes entre o setor público e o privado, para que “*os programas e objetivos da Política possam ser adequadamente monitorados e avaliados*”. Serão, então, estabelecidas metas quantitativas, em dois níveis:

#### 1. Macrometas ou Metas-país e

#### 2. Metas Específicas.

As **Macrometas** não fazem distinção de setores e podem ser consideradas como “ações sistêmicas” pela sua abrangência e, uma vez implementadas, interferem nas deficiências sistêmicas (ou Custo Brasil). As Macrometas, a serem cumpridas até 2010, são:

- **Aumento da Taxa de Investimento.** Diz respeito à ampliação do investimento fixo, tendo como medida a relação investimento/PIB. Essa

relação era de 17,6% (R\$ 450 bilhões) em 2007 e a meta proposta para 2010 é de 21,0% (R\$ 620 bilhões). Média anual de 11,3% entre 2008 e 2010.

- **Elevação do gasto privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).** A medida proposta é semelhante à anterior: P&D privado/PIB. Em 2005 essa relação era de 0,51%, ou R\$ 11,9 bilhões. A meta proposta para 2010 é de 0,65%, ou R\$ 18,2 bilhões. Crescimento médio anual de 9,8% entre 2007 e 2010.

- **Ampliação da participação das exportações brasileiras.** O objetivo é aumentar o peso das exportações brasileiras no total das exportações mundiais. O Brasil contribuía, em 2007, com 1,18%, ou US\$ 160,6 bi. A meta para 2010 é aumentar a participação para 1,25%, ou US\$ 208,8 bi. Crescimento médio anual de 9,14% entre 2008 e 2010.

- **Dinamização das Micro e Pequenas Empresas (MPEs).** Aumentar a quantidade de MPEs exportadoras. Eram 11.792 MPEs em 2006 e, segundo a meta, serão 12.972 em 2010. Um aumento, portanto, de 10,0%. Entende-se, então, que dinamizar significa capacitá-las para competir no mercado externo. Mas, apesar de “*representarem 96% das empresas industriais e 20% do PIB (2005) e terem uma participação expressiva na geração de emprego no País*”, as MPEs de serviços (*exceto softwares*) ou que produzem bens somente para o mercado interno não estariam contempladas pelos benefícios da Política

As **Metas Específicas** (ou Metas por Programas Específicos) referem-se aos objetivos que se pretende atingir em cada um dos programas da Política.

- **Ações Sistêmicas:** focadas em fatores geradores de reflexos positivos para o conjunto da estrutura produtiva e que ultrapassam o nível da empresa e do setor, direcionadas ao enfrentamento de restrições

sistêmicas, como os relacionados às questões fiscal-tributárias; financiamento ao investimento e à inovação e da segurança jurídica (contratos e marcos regulatórios). Enquadram-se nas ações sistêmicas o aumento dos recursos do BNDES para a indústria (até R\$ 210 bi); a redução em 20% do *spread* médio do BNDES nas operações de financiamento, com destaque para o setor de Bens de Capital, cujo *spread* passará dos atuais 1,5% a.a. para 0,9% a.a.; prorrogação da depreciação acelerada para novos investimentos (*que reduz o lucro contábil no curto prazo, com reflexos positivo no fluxo de caixa e no recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL*); redução para 12 meses, do prazo de recuperação dos créditos acumulados de PIS-PASEP e Cofins na compra de máquinas e equipamentos (*aumento da disponibilidade de caixa da empresa e, portanto, do capital de giro*). Ainda, as ações coordenadas com o PAC que, por meio de investimentos públicos e privados, procuram reduzir as restrições nas áreas de energia, transporte e logística; o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e o Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros.

• **Destaques Estratégicos:** temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo. Foram eleitas seis áreas consideradas estratégicas para o PDP:

1. Regionalização, devido à nova distribuição geográfica da indústria;
2. MPEs, capacitação para o mercado externo e geração de postos de trabalho;
3. Exportação, ampliação e diversificação com vistas a manter o equilíbrio do setor externo, vital para o crescimento sustentado;

4. Integração produtiva com a América Latina e Caribe, com o aumento da articulação com as cadeias produtivas dessas áreas e com foco no Mercosul;

5. Integração com a África no sentido de aproveitar a presença de grandes empresas brasileiras naquele continente para aumentar a corrente de comércio e a integração produtiva

6. Produção sustentável, que diz respeito à preservação do meio ambiente.

• **Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos:** A diversidade da estrutura produtiva, num contexto de acelerada integração econômica mundial e intensas mudanças tecnológicas, dificulta o reconhecimento das fronteiras entre as diversas atividades econômicas. Esse fato requer que as antigas abordagens de análise, que faziam as delimitações utilizando categorias como setores, cadeias, segmentos e complexos produtivos, sejam revistas na medida em que não mais respondem à velocidade e complexidade da dinâmica de integração da produção e do comércio hoje vigentes. Dessa forma, a escolha de setores prioritários para eventuais ações torna-se menos exata, o que demanda uma postura mais abrangente e inclusiva. Devido à extensa e complexa estrutura produtiva doméstica e à presença de um robusto mercado interno em franca e acelerada expansão, as decisões de política devem ser tomadas de forma a não subaproveitar recursos, além de respeitar os estágios de desenvolvimento de cada um dos sistemas produtivos eleitos. De igual importância e no sentido de se buscar eficiência, o governo e as agências públicas de financiamentos deverão favorecer, tanto em termos de desoneração fiscal, quanto de volumes de recursos, as áreas cujo desenvolvimento produza maiores impactos para toda a economia.

“Com base nessa premissa, o detalhamento dos Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos... estabeleceu cinco estratégias distintas”.

1. Liderança Mundial: posicionar e/ou ratificar sistemas produtivos ou empresas brasileiras entre os cinco maiores do mundo. Essa meta é factível nas áreas de mineração e siderurgia, indústria aeronáutica e complexo produtivo do etanol;

2. Conquista de Mercados: posicionar ou manter um sistema produtivo entre os principais exportadores mundiais. Os bens de consumo duráveis e os bens de capital seriados estão nessa estratégia.

3. Focalização: ou especialização para construir e consolidar a competitividade em áreas de alta densidade tecnológica. Essa estratégia abrange o complexo de tecnologia de informação, o complexo industrial da saúde e a indústria de capital sob encomenda.

4. Diferenciação: ou valorização da marca, com o objetivo de posicionar empresas e marcas brasileiras entre as cinco principais do mundo. Enquadram nesse item as indústrias de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis.

5. Ampliação de Acesso: maior acesso da população aos bens e serviços da economia, atingindo, assim, o “consumo de massas”. Estão contidos neste ponto o serviço de banda larga, bens de consumo duráveis e não-duráveis e a construção civil.,

Neste ponto já é possível estabelecer um nexos lógico que conduz a Política de Desenvolvimento Produtivo.

**Objetivo central da Política > Desafios > Metas > Políticas (sistêmicas, estratégicas e estruturantes).**

Essas são as linhas gerais ou a superestrutura que orienta a PDP. Não há, exatamente, hierarquia no que se denominou de Macrometas e Metas Específicas. Existem entrelaçamentos, complementaridades. As Metas, de características quantitativas e qualitativas, se tornarão realidades a partir de políticas integradas e harmônicas e, nesse nível, as ações serão desenvolvidas.

Mais especificamente, os setores ou complexos sobre os quais a PDP dirigirá esforços, são:

- **Áreas Estratégicas:** Complexo Industrial da Saúde; Tecnologia de Informação e Comunicação; Energia Nuclear; Complexo Industrial de Defesa; Nanotecnologia e Biotecnologia.

- **Fortalecimento de Competitividade:** Complexo Automotivo; Bens de Capital; Têxtil e Confecções; Madeira e Móveis; Higiene, Perfumaria e Cosméticos; Construção Civil; Complexo de Serviços; Indústria Naval e Cabotagem; Couro, Calçados e Artefatos; Agroindústrias; Biodiesel; Plásticos e outros.

- **Consolidar e Expandir Liderança:** Complexo Produtivo do Bioetanol; Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; Complexo Aeronáutico; Mineração; Siderurgia; Celulose e Carnes.

#### 4. Coordenação e Gestão

Dispensável lembrar que esta tarefa é a mais intrincada e delicada da Política. A razão é bem simples, pois experiências anteriores nos mostraram que, em programas mais modestos e de cunho setorial, como os Fóruns de Competitividade e mesmo o próprio PITCE, os objetivos não foram alcançados na proporção que se pretendia. Nessas tentativas de se organizar uma política industrial, a despeito dos esforços do MDIC e/ou do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), as iniciativas esbarravam, invariavelmente, na lógica da política econômica comandada pelo Ministério da Fazenda e Bacen. Muito

embora o atual Ministro da Fazenda pareça mais simpático a políticas de desenvolvimento que os anteriores, os pressupostos que garantem o equilíbrio macroeconômico do país não serão sacrificados. Nos últimos anos, desde a implantação do Plano Real, em 1995, a estabilização da economia sempre foi preservada, muito embora houvesse vozes dentro do governo que discordassem da rigidez da política monetária para obtê-la. Nada garante que desta vez será diferente, vide a retomada da alta das taxas de juros básicas ocorrida recentemente. Há disputas políticas dentro do governo e pontos de vistas conflitantes. Mesmo que os coordenadores da PDP e parcela do empresariado, da sociedade e mesmo do Movimento Sindical enxerguem na presente proposta de política industrial uma oportunidade real de desenvolvimento sustentado, os indicadores do setor externo e de níveis de preços estarão sempre presentes, lembrando que a estabilidade é prioridade zero.

## **5. Conclusão**

A PDP é abrangente e ambiciosa. Talvez, não em termos de valores, mas de amplitude, possa ser comparada, no que diz respeito ao setor secundário, a outros planos que marcaram a história do país. Dada sua extensão e complexidade, o gerenciamento e coordenação são fundamentais para que, nesses três anos, as metas sejam alcançadas.

Poucos setores ou complexos produtivos ficaram de fora do plano. Apesar das ênfases dadas ao setor externo e ao de alta tecnologia, traços que também caracterizavam o PITCE, a PDP não foi indiferente às dificuldades enfrentadas por segmentos industriais muito sensíveis ao câmbio, casos dos setores moveleiro, têxtil, de confecção e de couro e calçados. Contempla, ainda, apesar de fazê-lo de forma restrita, incentivos fiscais e financeiros às MPEs, responsáveis pela criação de grande parte do emprego na indústria.

Importante salientar a preocupação com o aumento do acesso da população ao mercado de bens e serviços. O consumo de massa, como

sabemos, é característica das grandes economias capitalistas, que têm na classe média um importante sustentáculo de mercado interno e de dinâmica econômica. Além disso, o consumo de massa permite ganhos de escala na produção, com conseqüente barateamento dos preços praticados e aumento da competitividade da indústria em particular e da economia em geral. Esse aumento de competitividade pelo ganho de escalas torna, também, os produtos nacionais mais competitivos nos mercados internacionais.

Claro está que, a exemplo do PITCE e diversamente de outros planos industriais ou de desenvolvimento, o setor público não participa como empreendedor, mas, sim, como grande incentivador e fomentador, via oferta de crédito em maior volume e em melhores condições; isenções e subsídios fiscais e medidas administrativas que facilitam a rotina, principalmente, das empresas exportadoras.

Assim, a motivação e participação do setor empresarial privado são vitais para o sucesso da PDP. É a partir da organização e administração desse entrosamento que se encontrarão possibilidades efetivas de conquista das metas.

Há que se registrar, também, a ausência dos trabalhadores nas várias etapas do plano. Eles sequer aparecem como simples destinatários de alguma das metas estabelecidas. A parceria do setor privado com o setor público, fundamental para a concretização da PDP, segundo seus formuladores, restringe-se ao capital. Temas como metas de emprego, renda, saúde e segurança, ganhos de produtividade, formas de contratação e outros aspectos caros aos trabalhadores não fazem parte explícita da formulação da PDP. Não há previsão da participação direta dos trabalhadores e de suas entidades representativas fortalecendo o diálogo social como instrumento de implementação do plano. Essa postura causa certa estranheza, uma vez que as discussões tripartites sobre assuntos dessa natureza têm sido mais do que uma rotina, mas uma orientação política importante do atual governo.

Para citar um exemplo, a desoneração de parte das obrigações previdenciárias concedidas aos setores exportadores ligados à indústria da informática é uma discussão pertinente ao trabalhador. A decisão de beneficiar um segmento da atividade econômica com subsídios previdenciários, não deve ser tomada sem que os diretamente interessados, aqueles que contribuem para a previdência sejam consultados, mesmo havendo previsão de compensação da renúncia fiscal.

Por fim, mas não menos importante, falta qualquer menção aos prováveis impactos que uma “alavancagem” industrial dessa magnitude pode causar ao meio ambiente, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, espaço de grande concentração industrial, já extremamente problemáticas.

### 3 - INDICADORES ECONÔMICOS

#### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em abril, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.966 mil pessoas, praticamente o mesmo do mês anterior. (Tabela 1). A **taxa de desemprego total** não variou entre março e abril (15,0%) (Tabela 2), mas é a menor para este mês desde 1998. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego oculto diminuiu de 5,0% para 4,7%, enquanto a de desemprego aberto passou de 10,0% para 10,2%. A **taxa de participação** permaneceu em 61,3%, no período.

**TABELA 1**  
**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo**  
**condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF**  
**Abril de 2008**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	abr/07	mar/08	abr/08	Abr-08/ Mar/08	Abr-08/ Abr-07	Abr-08/ Mar/08	Abr-08/ Abr-07
População em Idade Ativa	31.720	32.296	32.336	40	616	0,1	1,9
População Economicamente Ativa	19.188	19.791	19.811	20	623	0,1	3,2
Ocupados	15.950	16.823	16.845	22	895	0,1	5,6
Desempregados	3.238	2.969	2.966	-3	-272	-0,1	-8,4
Em Desemprego Aberto	2.179	1.987	2.027	40	-152	2,0	-7,0
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	733	645	629	-16	-104	-2,5	-14,2
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	326	337	310	-27	-16	-8,0	-4,9

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica 57. Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)**

No mês em análise, o **nível de ocupação** permaneceu relativamente estável (0,1%), em comportamento típico para o período. O número de postos de trabalho criados (22 mil) foi semelhante ao de pessoas que entraram no mercado de trabalho (20 mil), o que resultou na manutenção do contingente de desempregados. O total de ocupados nas seis regiões foi estimado em 16.845 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.811 mil.

A manutenção da taxa de desemprego total do conjunto das regiões resultou de oscilações negativas nas taxas de desemprego de Belo Horizonte, Salvador e São Paulo, e positivas no Distrito Federal, Porto Alegre e Recife (Tabela 2).

**TABELA 2**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF**

Regiões Metropolitanas	Em porcentagem				
	abr/07	mar/08	abr/08	Variação	
				Abr-08/ Mar/08	Abr-08/ Abr-07
<b>Total</b>	<b>16,9</b>	<b>15,0</b>	<b>15,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-11,2</b>
<b>Distrito Federal</b>	19,0	18,2	18,4	1,1	-3,2
<b>Belo Horizonte</b>	13,5	11,4	11,2	-1,8	-17,0
<b>Porto Alegre</b>	13,6	11,7	12,0	2,6	-11,8
<b>Recife</b>	20,7	19,8	20,1	1,5	-2,9
<b>Salvador</b>	23,4	21,0	20,8	-1,0	-11,1
<b>São Paulo</b>	16,3	14,3	14,2	-0,7	-12,9

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais

O nível de ocupação cresceu em São Paulo (0,9%) e manteve-se relativamente estável no Distrito Federal (0,1%) e em Porto Alegre (-0,2%), mas diminuiu em Belo Horizonte (1,4%), Salvador (0,8%) e Recife (0,5%).

Segundo os principais setores de atividade, o nível ocupacional cresceu nos **Serviços** (50 mil novos postos de trabalho, ou 0,6%) e na **Indústria** (30 mil, ou 1,1%), e diminuiu no **Comércio** (23 mil ou 0,8%), na **Construção Civil** (20 mil, ou 2,1%) e no agregado **Outros Setores** (15 mil, ou 1,1%) (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade**

Setores de Atividade	Variações						
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	abr/07	mar/08	abr/08	Abr-08/ Mar/08	Abr-08/ Abr-07	Abr-08/ Mar/08	Abr-08/ Abr-07
<b>Total</b>	<b>15.950</b>	<b>16.823</b>	<b>16.845</b>	<b>22</b>	<b>895</b>	<b>0,1</b>	<b>5,6</b>
<b>Indústria</b>	2.471	2.693	2.723	30	252	1,1	10,2
<b>Comércio</b>	2.679	2.790	2.767	-23	88	-0,8	3,3
<b>Serviços</b>	8.546	8.988	9.038	50	492	0,6	5,8
<b>Construção Civil (1)</b>	824	937	917	-20	93	-2,1	11,3
<b>Outros (2)</b>	1.430	1.415	1.400	-15	-30	-1,1	-2,1

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição na ocupação**, a pequena variação positiva no assalariamento total (0,4%) decorreu do crescimento do emprego no setor público (2,0%), pois o assalariamento privado manteve-se relativamente estável (0,1%). Reduziram-se os contingentes de trabalhadores autônomos (0,9%) e de empregados domésticos (0,4%) (Tabela 4).

Em março de 2008, no conjunto das regiões pesquisadas, cresceram os **rendimentos médios** reais de ocupados (1,8%) e assalariados (2,5%). Em termos monetários, seus valores passaram a corresponder a R\$ 1.121 e R\$ 1.205, respectivamente.

O comportamento do rendimento médio real dos ocupados foi diferenciado entre as regiões: aumentou em São Paulo (3,8%, passando a valer R\$ 1.202), permaneceu constante no Distrito Federal (R\$ 1.643) e diminuiu em Porto Alegre (1,5%, R\$ 1.016), Belo Horizonte (1,1%, R\$ 1.028), Salvador (1,0%, R\$ 886) e Recife (0,6%, R\$ 704).

TABELA 4

## Estimativas de Ocupados por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	abr/07	mar/08	abr/08	Abr-08/ Mar-08	Abr-08/ Abr-07	Abr-08/ Mar-08	Abr-08/ Abr-07
<b>Total</b>	<b>15950</b>	<b>16.823</b>	<b>16.845</b>	<b>22</b>	<b>895</b>	<b>0,1</b>	<b>5,6</b>
<b>Total de Assalariados</b>	10.421	11.188	11.236	48	815	0,4	7,8
<b>Setor Privado</b>	8.636	9.370	9.381	11	745	0,1	8,6
<b>Com Carteira Assinada</b>	6.859	7.492	7.506	14	647	0,2	9,4
<b>Sem Carteira Assinada</b>	1.777	1.878	1.874	-4	97	-0,2	5,5
<b>Setor Público</b>	1.784	1.818	1.855	37	71	2,0	4,0
<b>Autônomos</b>	2.951	3.097	3.069	-28	118	-0,9	4,0
<b>Empregados Domésticos</b>	1.303	1.280	1.275	-5	-28	-0,4	-2,1
<b>Demais Posições (1)</b>	1.275	1.258	1.265	7	-10	0,6	-0,8

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

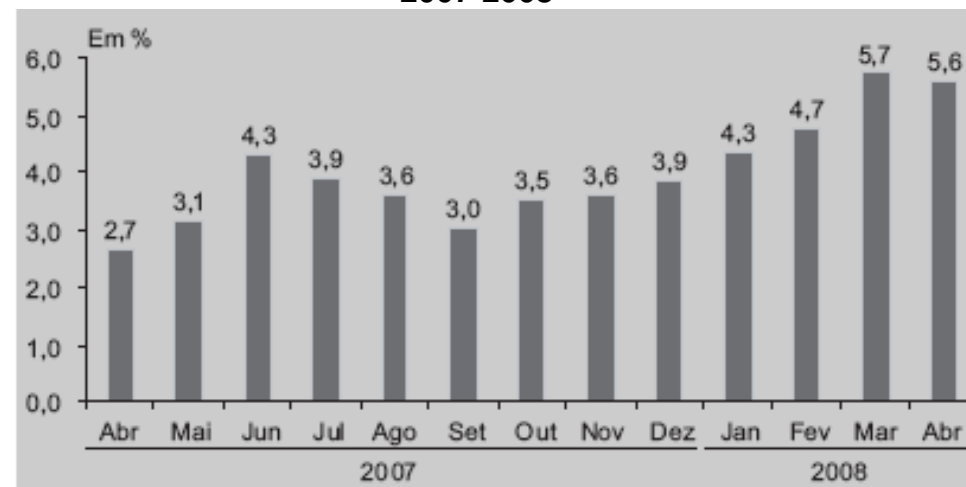
(1) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Em relação a abril de 2007, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 5,6%, mantendo o ritmo de crescimento anual do mês anterior (Gráfico 2). Nesse período, foram gerados 895 mil postos de trabalho, número superior ao de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (623 mil), o que reduziu o contingente de desempregados em 272 mil pessoas. A **taxa de participação** elevou-se de 60,5% para 61,3%, entre abril de 2007 e 2008.

O nível de ocupação cresceu em todas as regiões pesquisadas, embora

com intensidades diferenciadas: 7,1% em Porto Alegre; 6,4% em São Paulo; 6,2% no Distrito Federal; 5,4% em Salvador; 3,1% em Recife; e 2,9% em Belo Horizonte.

**GRÁFICO 1**  
Variação Anual <sup>(1)</sup> da Ocupação Regiões Metropolitanas <sup>(2)</sup>  
2007-2008



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O número de postos de trabalho aumentou nos principais setores de atividade analisados: 492 mil nos **Serviços** (5,8%), 252 mil na **Indústria** (10,2%), 93 mil na **Construção Civil** (11,3%) e 88 mil no **Comércio** (3,3%).

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento no setor privado (745 mil pessoas), principalmente pela contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (647 mil) e, em menor proporção, de trabalhadores sem registro em carteira (97 mil). No setor público foram criados 71 mil postos de trabalho. Cresceu o contingente de

trabalhadores autônomos (118 mil) e diminuiu o número de empregados domésticos (28 mil).

Nos últimos 12 meses, a **taxa de desemprego** total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 16,9% para 15,0%. Segundo suas componentes, tal movimento refletiu a redução da taxa de desemprego aberto (de 11,4% para 10,2%) e oculto (de 5,5% para 4,7%).

A retração da taxa de desemprego total foi observada em todas as regiões pesquisadas, com menor intensidade no Distrito Federal e Recife (Tabela 2).

Entre março de 2007 e de 2008, o **rendimento médio** real dos ocupados no conjunto das regiões metropolitanas cresceu 3,1%, observando-se aumentos na maioria delas: 10,9% em Salvador; 7,9% no Distrito Federal; 3,6% em Belo Horizonte; 2,4% em Recife; e 2,2% em São Paulo. Apenas em Porto Alegre registrou-se redução desse indicador (1,8%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal**<sup>††</sup> brasileiro, em abril de 2008, foram gerados **294.522** postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento de 1,0% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado do ano, os dados mostram um acréscimo de 848.962 empregos (+ 2,9%), desempenho recorde de toda a série histórica do CAGED. Nos últimos 12 meses, verificou-se um crescimento de 6,3%, equivalente ao aumento de 1.764.735 empregos formais.

Setorialmente, a expansão do emprego em abril atingiu todos os setores de atividade, com destaque para os **Serviços** (97.426 postos ou + 0,84%), **Indústria da Transformação** (82.740 ou +1,2%), **Setor Agrícola** (38.627 ou + 2,5%), **Comércio** (34.733 ou 0,5%) e **Construção Civil** (32.071, ou + 1,9%).

Quanto a **Indústria da Transformação**, os dados mostram que os ramos industriais que mais se destacaram na criação de empregos no mês em questão foram a **Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas** (46.354 postos), **Indústria Metalúrgica** (5.245 postos), **Indústria de Material de Transportes** (5.368 postos), **Têxtil** (4.860 postos) e a **Indústria de calçados** (4.152 postos).

---

<sup>††</sup> O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

TABELA 5

**Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores  
Selecionados - Brasil 2007 – 2008**

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN/ABR 2007	SALDO DE EMPREGOS JAN/ABR 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
<b>IND. EXTRAT. MINERAL</b>	<b>3.904</b>	<b>4.764</b>	<b>22,03</b>
<b>IND. TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>214.211</b>	<b>228.986</b>	<b>6,90</b>
PROD.MIN NÃO MET	3.569	6.905	93,47
METALURGICA	21.623	28.261	30,70
MECÂNICA	14.252	25.341	77,81
MAT ELET. COMUM	6.126	8.828	44,11
MAT TRANSPORTE	15.984	18.853	17,95
MAD E MOBILIÁRIO	5.431	20	-99,63
PAP. PAPELÃO. EDIT	3.256	6.071	86,46
BOR. FUM. COUROS	23.145	12.837	-44,54
QUIM. PR.FARM. VET	11.143	12.964	16,34
TÊXTIL, VESTUÁRIO	24.515	18.694	-23,74
CALÇADOS	15.287	17.876	-16,94
PROD ALIMENT. BEB	66.880	72.336	8,16
<b>SERV.IND. UT. PUB</b>	<b>3.843</b>	<b>5.706</b>	<b>48,48</b>
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>65.370</b>	<b>131.725</b>	<b>101,51</b>
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>287.328</b>	<b>371.181</b>	<b>29,18</b>

Fonte: MTE/CAGED

Em termos geográficos, os dados mostram elevação no nível de emprego nas cinco regiões do Brasil. A região Sudeste foi a que apresentou o maior saldo (+209.560 postos ou 1,27%), seguida pela região Sul (47.512 postos ou + 0,86%), Centro Oeste (25.770 postos ou 1,23%), Norte (7.397, ou 0,61%) e Nordeste (4.283 postos ou 0,10%). No que diz respeito às unidades da Federação, os melhores resultados foram de São Paulo (+144.939 postos), Minas Gerais (+ 35.594 postos), Paraná (+ 26.347 postos) e Rio de Janeiro (20.824 postos). Em contrapartida, os estados de Alagoas e Pernambuco, em razão da sazonalidade negativa relacionada às atividades de usina de açúcar, foram os únicos que não expandiram o estoque de emprego no mês de

abril, com a eliminação de 10.416 e 4.029 postos de trabalho respectivamente.

TABELA 6

**Evolução do Emprego por Nível Geográfico - Brasil, Regiões e UF's - 2007-2008**

UF's	SALDO DE EMPREGOS JAN/ABR 2007	SALDO DE EMPREGOS JAN/ABR 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
<b>Norte</b>	<b>18.410</b>	<b>13.423</b>	<b>-27,09</b>
Acre	315	-24	-107,62
Amazonas	7.399	6.172	-16,58
Amapá	365	294	-19,45
Pará	3.006	1.076	-64,20
Rondônia	3.377	2.327	-31,09
Roraima	382	1.061	177,75
Tocantins	3.566	2.517	-29,42
<b>Nordeste</b>	<b>-40.476</b>	<b>-32.082</b>	<b>-20,74</b>
Alagoas	-36.796	-32.619	-11,35
Bahia	23.637	26.109	10,46
Ceará	-1.112	-2.590	132,91
Maranhão	4.893	5.726	17,02
Paraíba	-5.607	-8.399	49,79
Pernambuco	-22.370	-20.148	-9,93
Piauí	713	1.999	180,36
Rio Grande do Norte	-4.282	-3.761	-12,17
Sergipe	448	1.601	257,37
<b>Sudeste</b>	<b>484.172</b>	<b>574.804</b>	<b>18,72</b>
Espírito Santo	17.754	18.845	6,15
Minas Gerais	87.502	106.862	22,13
Rio de Janeiro	39.691	49.812	25,50
São Paulo	339.225	399.285	17,71
<b>Sul</b>	<b>166.468</b>	<b>193.632</b>	<b>16,32</b>
Paraná	70.389	78.479	11,49
Rio Grande do Sul	52.497	71.161	35,55
Santa Catarina	43.582	43.992	0,94
<b>Centro-Oeste</b>	<b>73.045</b>	<b>99.185</b>	<b>35,79</b>
Distrito Federal	-387	14.938	-3959,95
Goiás	32.733	46.509	42,09
Mato Grosso	23.210	22.120	-4,70
Mato Grosso do Sul	17.489	15.618	-10,70

Fonte: MTE/CAGED

### 3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em abril, o ICV-DIEESE apresentou aumento de 0,42%, o que representa uma pequena redução de 0,03 ponto percentual (pp) em relação a taxa de março (0,45%). Os aumentos ocorridos nos grupos Saúde (1,07%) e Alimentação (0,55%) foram os que mais contribuíram para o resultado do mês, com um impacto de 0,30 pp. na taxa do mês. (Tabela 1).

A alta na saúde (1,07%) foi responsável por um impacto de 0,15 pp no resultado do índice no mês. No subgrupo Assistência Médica (1,11%), a grande pressão inflacionária partiu dos seguros e convênios médicos (1,27%), com contribuição de 0,12 pp. Os medicamentos e produtos farmacêuticos (0,87%) foram reajustados somente a partir da 4ª semana de abril, portanto, o aumento total de 3,5% ainda incidirá nas três primeiras semanas de maio.

Na alimentação (0,55%), o gasto com produtos da indústria alimentícia (1,36%) foi o responsável pela taxa elevada deste grupo, uma vez que, os in natura e semi-elaborados (-0,07%) apresentaram ligeira deflação e a alimentação fora do domicílio (0,42%) taxa semelhante a da inflação geral.

O grupo Habitação (0,24%) apresentou a maior taxa no subgrupo locação, impostos e condomínio (0,55%), pressionado pelos aluguéis dos imóveis (1,07%). Os demais gastos no domicílio apresentaram variações pequenas: operação (0,07%) e conservação (0,29%).

A taxa de 0,20% apurada no Transporte deve-se ao aumento no subgrupo individual (0,28%), uma vez que, o coletivo não registrou alteração em seus valores.

**TABELA 1**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Variação por grupo**  
**Município de São Paulo – Abril/2008**

GRUPOS	VARIAÇÃO ( em %)
<b>Abril de 2008</b>	
<b>ICV-TOTAL GERAL</b>	<b>0,42</b>
Saúde	1,07
Alimentação	0,55
Habitação	0,24
Transporte	0,20

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

Os aumentos verificados nos últimos 12 meses deram-se de maneira bastante heterogênea entre os grupos que compõem o ICV-DIEESE. Para uma inflação da ordem de 4,70%, as maiores altas ocorreram na Alimentação (11,66%) e em Despesas Pessoais (6,67%). Já as menores variações foram detectadas nos grupos Equipamento Doméstico (-1,65%), Vestuário (-1,66%) e Transporte (-0,47%).

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda<sup>§§</sup> para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

Índices	mar/08 (%)	abr/08 (%)	Diferença (pp)
Geral	0,45	0,42	-0,03
Estrato 1	0,20	0,47	0,27
Estrato 2	0,27	0,40	0,13
Estrato 3	0,59	0,42	-0,17

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

A variação da taxa em abril foi de 0,55%, superior ao resultado de março, que foi 0,48%. Nos últimos doze meses, o resultado foi de 5,04%, também superior à taxa dos doze meses imediatamente anteriores (4,73%).

<sup>§§</sup> O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercis de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

Os preços dos alimentos subiram 1,29% em abril e foram os responsáveis por cerca da metade da taxa do mês: 0,28 ponto percentual. Vários produtos se apresentaram em alta, com destaque para o **pão francês**, cujos preços ficaram 7,33% mais caros no mês, constituindo-se na maior contribuição individual: 0,08 ponto percentual. Além do pão, outros derivados do trigo ficaram mais caros a exemplo: **farinha** (6,80%), **pão doce** (3,02%), **macarrão** (2,34%), e **pão de forma** (1,12%). O consumidor passou a pagar mais caro, também, pelos seguintes produtos: **cebola** (15,87%), **leite pasteurizado** (3,56%), **óleo de soja** (3,18%), **arroz** (1,96%), **carnes** (1,35%), entre outros. Em queda, os destaques ficaram com o **feijão carioca** (-10,99%), **ovo** (-4,03%), **frango** (-3,02%), **açúcar refinado** (-1,25%) e **feijão preto** (-0,73%).

Além dos alimentos, outros itens importantes na despesa das famílias tiveram aumentos: **vestuário** (1,53%), **artigos de limpeza** (1,41%), **remédios** (1,18%) e **artigos de higiene pessoal** (0,80%).

Os **produtos não alimentícios** apresentaram variação de 0,34%, pouco abaixo do resultado de março (0,36%), refletindo as quedas observadas no álcool (-0,65%), energia elétrica (-0,49%) e gasolina (-0,14%).

Dentre as unidades da federação, **Belém** apresentou a maior variação (1,31%), em virtude do resultado dos **alimentos** (2,63%) e da **energia elétrica** (4,29%). O menor índice foi registrado em **Belo Horizonte** (-0,05%) devido a queda registrada na **energia elétrica** (-11,88%). Este resultado foi decorrente da captação de parte da redução de 17,10% nas tarifas, concedida pela ANEEL a partir de 8 de abril. **Porto Alegre** e **Recife** também se destacaram com resultados acima do índice nacional: 0,91%.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O resultado de abril apresentou variação de 0,64%, acima do resultado de março 0,51%. Com o resultado de abril, o acumulado do ano situou-se em 2,34% e ficou bem acima da taxa do mesmo período do ano anterior (1,62%). Nos últimos doze meses o resultado foi 5,90%. Em abril de 2007 o INPC foi de 0,26%.

Os **produtos alimentícios** apresentaram variação de 1,29%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,37%. O maior índice regional foi registrado em **Belém** (1,61%), seguido de **Recife** (1,08%) e o menor em **Belo Horizonte** (-0,11%).

**TABELA 3**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2008**

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,6
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
jan/08	0,88	0,69	0,54
fev/08	-0,03	0,48	0,49
mar/08	0,45	0,51	0,48
abr/08	0,42	0,64	0,55
<b>DATA BASE 1° DE MAIO DE</b>			
<b>2008</b>	<b>4,70</b>	<b>5,90</b>	<b>5,04</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

A maior parte dos itens que compõem a cesta básica teve aumento na maioria das capitais, tanto na comparação entre abril e março quanto em relação a igual mês passado em 2007. Estes aumentos generalizados devem-se basicamente a fatores climáticos, pressões do mercado internacional e a alta dos insumos como adubos e fertilizantes derivados do petróleo, uma vez que este teve forte aumento.

O custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade apresentou alta nas 16 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Fortaleza (7,84%), Belo Horizonte (6,95%), Brasília (6,67%), João Pessoa (6,51%), Belém (6,40%) e Curitiba (6,37%) registraram as maiores elevações. Os menores aumentos ocorreram em São Paulo (1,73%) e Goiânia (1,97%).

O forte aumento verificado na capital mineira fez com que Belo Horizonte registrasse o maior custo para os produtos básicos: R\$ 228,32. Apesar de São Paulo ser a cidade onde houve a menor elevação, sua cesta foi a segunda mais cara, com valor de R\$ 227,81. Porto Alegre teve o terceiro maior valor (R\$ 226,78). Os menores custos foram apurados em Recife (R\$ 172,18), Aracaju (R\$ 173,29) e Salvador (R\$ 176,66).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em abril de 2008, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido\*\*\* necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Abril de 2008**

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
Fortaleza	7,84	188,83	49,46	100h 06min	19,25	24,95
Belo Horizonte	6,95	228,32	59,80	121h 02min	11,48	29,79
Brasília	6,67	214,22	56,11	113h 34min	10,86	20,48
João Pessoa	6,51	180,90	47,38	95h 54min	16,64	28,87
Belém	6,40	202,60	53,06	107h 24min	6,63	18,87
Curitiba	6,37	209,52	54,88	111h 04min	11,91	21,79
Porto Alegre	4,93	226,78	59,40	120h 13min	6,51	13,91
Natal	4,11	187,89	49,21	99h 36min	11,90	25,92
Florianópolis	3,93	210,42	55,11	111h 33min	10,27	19,88
Recife	3,64	172,18	45,10	91h 17min	10,78	17,85
Rio de Janeiro	3,53	222,24	58,21	117h 49min	14,29	22,64
Salvador	3,09	176,66	46,27	93h 39min	11,31	17,49
Aracaju	3,01	173,29	45,39	91h 52min	1,24	15,18
Vitória	2,70	212,39	55,63	112h 36min	12,07	23,84
Goiânia	1,97	193,68	50,73	102h 40min	2,29	23,71
São Paulo	1,73	227,81	59,67	120h 46min	6,14	20,66

Todas as 16 capitais apresentaram variação acumulada positiva nos quatro primeiros meses de 2008. Os maiores aumentos foram apurados em Fortaleza (19,25%), João Pessoa (16,64%) e Rio de Janeiro (14,29%). As menores altas acumuladas ocorreram em Aracaju (1,24%) e Goiânia (2,29%).

\*\*\* Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

Os aumentos acumulados em 12 meses, ou seja, de maio de 2007 até abril último, são muito expressivos e bastante superiores ao reajuste de 9,21% concedido, este ano, ao salário mínimo. As principais elevações foram verificadas em Belo Horizonte (29,79%), João Pessoa (28,87%) e Natal (25,92%). Porto Alegre (13,91%) e Aracaju (15,18%) registraram as menores variações acumuladas.

O salário mínimo necessário é estimado com base no valor apurado para a cesta mais cara entre as capitais, no mês de abril, Belo Horizonte. A forte alta dos produtos essenciais fizeram com que o salário mínimo correspondesse, em abril, a R\$ 1.918,12, o que representa 4,62 vezes o piso em vigor (R\$ 415,00). Em março o mínimo necessário equivalia a R\$ 1.881,32, ou seja, 4,53 vezes o piso. Em abril de 2007, a relação entre o mínimo vigente e o necessário era bem menor que o atual, pois o valor de R\$ 1.672,56 correspondia a 4,40 vezes o piso oficial (R\$ 380,00).

O grande aumento da cesta básica, principalmente no período anual – caso em que todos os percentuais foram bem superiores à revisão do salário mínimo – implicou a necessidade de realização de maior jornada média para aquisição dos produtos essenciais. Dessa forma, o trabalhador remunerado pelo salário mínimo precisou cumprir, em abril, uma jornada de 106 horas e 57 minutos para adquirir estes bens. Este tempo de trabalho é superior ao exigido em março (102 horas e 16 minutos). Em comparação a abril de 2007 a diferença é de quase 11 horas, pois o tempo necessário correspondia a 96 horas e 07 minutos.

A mesma análise pode ser realizada considerando o percentual do rendimento líquido comprometido com a compra dos produtos essenciais, ou seja, após a dedução da parcela referente à Previdência Social. A compra dos produtos básicos comprometeu, em abril, 52,84% do rendimento líquido do trabalhador que ganha salário mínimo. Em março último eram necessários 50,53%. Há um ano, o comprometimento era de 47,31%.

## 4 – DESEMPENHO SETORIAL

### 4.1 – Indústria Geral

#### Resultados de Março de 2008

Em março de 2008, a produção industrial, calculada pelo IBGE, registrou variação positiva de 0,4%, após recuou 0,5% em fevereiro. O primeiro trimestre de 2008 fechou com crescimento de 6,3% frente a igual período do ano anterior. O acréscimo de 0,4% observado na passagem de fevereiro para março foi acompanhado por dezessete dos vinte e sete ramos. Entre esses, vale destacar o desempenho da Indústria Farmacêutica (16,0%), que recupera parte da perda de 27,2% do mês anterior, veículos automotores (1,6%), edição e impressão (2,4%), minerais não-metálicos (2,3%) e metalurgia básica (1,2%). A queda mais significativa ocorreu em refino de petróleo e produção de álcool (-11,0%), resultado que reflete os efeitos de paralisação técnica em grande empresa do setor. Vale citar também as pressões negativas registradas nas Indústrias extrativas (-3,5%), alimentos (-1,6%), outros produtos químicos (-1,6%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (-5,8%).

Por categorias de uso, os bens de consumo ostentam as taxas mais elevadas entre fevereiro e março últimos: bens de consumo semi e não duráveis (2,8%) e bens de consumo duráveis (1,7%). O primeiro setor reverte parte da queda registrada no mês anterior (-3,6%) e o segundo, acumula crescimento de 9,0% ao assinalar sua terceira expansão consecutiva. Bens de capital (0,9%) prossegue ampliando a produção, enquanto bens intermediários (-0,9%) registra recuo pelo segundo mês seguido, acumulando perda de 1,6% no período

Em relação a março de 2007, a Indústria avançou 1,3% resultado bem abaixo dos observados em meses recentes. Essa redução acentuada no ritmo do índice mensal deriva dos seguintes fatores: menos dois dias úteis neste ano em relação a março de 2007, forte queda na atividade de refino de petróleo e produção de álcool e, em menor medida, as dificuldades no fluxo de matérias-primas importadas para consumo industrial, em função do movimento grevista dos auditores da Receita Federal. As principais contribuições positivas vieram dos veículos automotores (11,3%); máquinas e equipamentos (6,6%); outros equipamentos de transporte (22,5%) e metalurgia básica (5,5%). Os impactos negativos foram verificados em treze dos vinte e sete segmentos, com destaque para refino de petróleo e produção de álcool (-8,7%), por conta da paralisação que afetou a produção de óleo diesel e gasolina. Destaca-se, ainda, as reduções em máquinas para escritório e equipamentos de informática (-16,9%), alimentos (-2,6%) e bebidas (-6,9%).

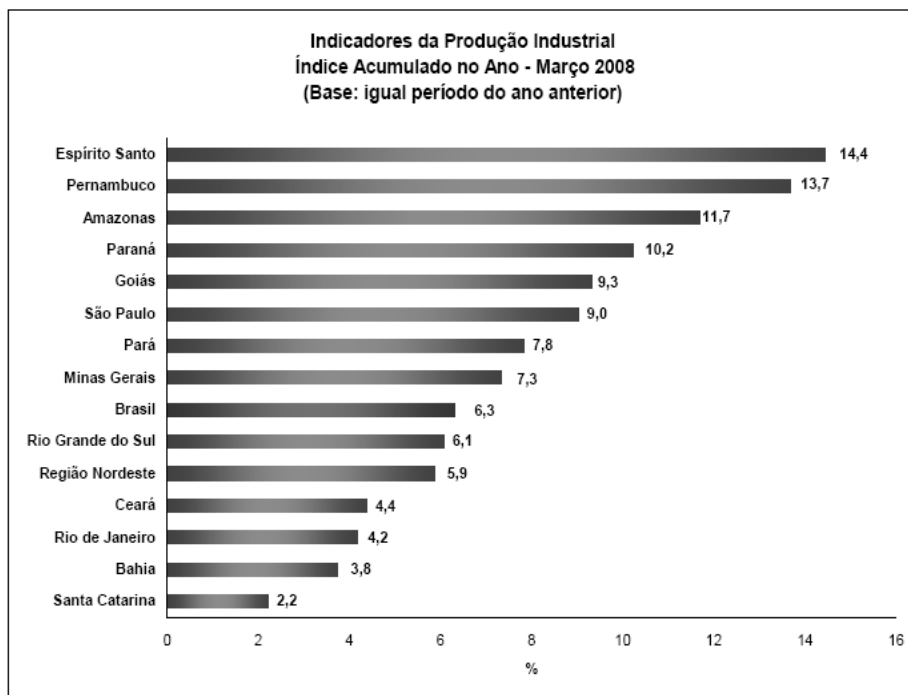
Entre as categorias de uso, bens de capital atinge mais uma vez a taxa mais elevada (12,7%) e a produção de bens de consumo duráveis superou em 6,5% a de igual mês do ano anterior. O setor produtor de bens intermediários (0,3%) completa vinte e um meses de taxas positivas, enquanto bens de consumo semi e não duráveis (-3,2%), após sequência de quatorze taxas positivas consecutivas, assinala o único resultado negativo entre as categorias.

O bom desempenho de bens de capital foi sustentado por todos os seus subsetores. Acima da média de crescimento da categoria (12,7%) figuram os grupamentos de bens de capital para agricultura (34,9%) e para transporte (18,8%), mas vale citar também a produção de máquinas e equipamentos para fins industriais (10,9%), confirmando o elevado nível dos investimentos. A produção de bens de consumo duráveis reflete particularmente o avanço na fabricação de automóveis (13,7%), mas há também o comportamento positivo do item telefones

celulares (20,1%), enquanto o grupo eletrodomésticos fica praticamente estável (-0,2%).

Em março, os resultados regionais da produção industrial registraram expansão em oito dos quatorze locais pesquisados, com destaque para o Ceará com acréscimo de 7,5%, Espírito Santo (3,3%) e Pernambuco (2,9%). São Paulo (1,9%), Paraná (1,1%), Minas Gerais (0,8%) e Santa Catarina (0,6%) completam o conjunto de locais com taxas acima da média (0,4%). Rio Grande do Sul (0,2%) praticamente repete o patamar do mês anterior. Por outro lado, Amazonas (-7,6%), Goiás (-5,6%), Pará (-5,0%), Bahia (-4,4%), região nordeste (-1,2%) e Rio de Janeiro (-1,0%) são os locais que apresentam recuo neste indicador.

### GRÁFICO 1



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de Indústria

Também de acordo com o IBGE o nível de emprego na indústria nacional variou 0,1% em relação a fevereiro. No fechamento do primeiro trimestre do ano, o aumento foi de 3,0% em relação ao mesmo período do ano passado. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ficou praticamente estável entre fevereiro (2,5%) e março (2,6%). Na comparação entre março de 2008 e março de 2007, o crescimento foi de 2,9%, vigésimo resultado positivo consecutivo nessa comparação.

Ainda segundo a pesquisa, no índice mensal (2,9%), o crescimento decorre do avanço, sobretudo, registrado em onze dos quatorze locais e doze dos dezoito segmentos pesquisados. Os locais responsáveis pelos principais impactos positivos foram: São Paulo (4,4%), Minas Gerais (3,6%), região Nordeste (3,0%) e região Norte e Centro-Oeste (3,2%). Na indústria paulista, entre os onze ramos que aumentaram o número de pessoas ocupadas, máquinas e equipamentos (14,9%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (20,3%) e meios de transporte (12,3%) exerceram as influências mais importantes no índice geral. Na indústria mineira, alimentos e bebidas (7,5%) e meios de transporte (16,2%), são os destaques entre os onze segmentos com resultados positivos. Nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, o aumento do emprego foi observado predominantemente em alimentos e bebidas, com 4,1% e 10,4%, respectivamente. Em sentido contrário, as pressões negativas vieram dos seguintes locais: Espírito Santo (-1,9%), Santa Catarina (-0,3%) e Ceará (-0,1%).

No total do país, os principais impactos positivos vieram de máquinas e equipamentos (15,2%), meios de transporte (11,9%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (14,3%) e alimentos e bebidas (3,1%), enquanto que, em sentido oposto, calçados e artigos de couro (-12,1%), vestuário (-4,2%) e madeira (-9,0%) exerceram as pressões negativas mais significativas.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística